


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**
**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0012733-66.2011.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**  
 Requerente: **Antonio de Padua Silveira**  
 Requerido: **Banco Crefisa Sa Crédito Pessoal**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

**CONCLUSÃO**

Em 06/05/2015, faço estes autos conclusos ao Dr. MILTON COUTINHO GORDO, MM. Juiz de Direito desta 1ª Vara Cível da Comarca de São Carlos. Eu, \_\_\_\_\_, Escrevente, subscrevi.  
 N. de Ordem: 1328/11

**VISTOS.**

**ANTONIO DE PADUA SILVEIRA** ajuizou a presente ação de **REPARAÇÃO DE DANOS MATERIAIS E MORAIS c.c. INEXISTÊNCIA DE DÉBITO E REPETIÇÃO DE INDÉBITO** em face de **BANCO CREFISA S.A CRÉDITO PESSOAL**.

Alega o requerente, em síntese, que realizou um empréstimo com a requerida no valor de R\$ 862, 61, onde pactuaram que seria pago 10 parcelas de R\$ 149,00, mediante desconto bancário na conta corrente onde recebe mensalmente a aposentadoria. Afirma que assinou o contrato em branco, pois o correspondente bancário asseverou que lhe seria enviado uma cópia, pois a qualificação e dados do empréstimo seriam preenchidos posteriormente. Ocorre que o requerido acabou programando um débito de R\$ 220, 00, em sua conta corrente e a parcela não foi descontada, pois não havia saldo suficiente. Afirma que em contato com o SAC do requerido, solicitou uma cópia do contrato e a


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**1ª VARA CÍVEL**
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

solução do problema. No mês subsequente, em 04/05/2011, o banco descontou R\$ 660,00. Afirmo, também, que procurei o PROCON, e em resposta o banco requerido trouxe uma cópia do contrato preenchido posteriormente a sua assinatura, constando o valor de R\$ 862,61, porém para pagamento em 11 parcelas de R\$ 220,00. Afirmo, ainda, que em 21 de junho de 2011, requerei junto a Caixa Econômica Federal o bloqueio dos débitos das parcelas a favor do requerido. Declara que devido as irregularidades cometidas pelo requerido, faz jus à indenização por danos morais. Requer, liminarmente, seja determinado à requerida que promova a imediata exclusão do empréstimo bancário. Requer, também, a declaração de inexistência das parcelas apontadas no contrato com a requerida, bem como seja declarado existente o financiamento em nome do autor, de modo que as parcelas se mantenham nos termos em que foram apresentadas e propostas antes da assinatura do contrato. E, ainda, a inversão do ônus da prova, além da repetição de indébitos. Juntou documentos às fls. 14/36.

O pedido liminar foi rechaçado.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação às fls. 40. Alega ter pactuado com o requerente efetivamente o que constou do contrato; destarte, os valores das parcelas descontadas não são diferentes do valor acordado. Afirmo que o requerente optou por descontar do empréstimo o valor referente às duas últimas parcelas de outro contrato celebrado anteriormente. Afirmo que nenhuma parcela foi quitada na data pactuada, a primeira foi paga com um atraso que chegou a 59 dias, a 2ª parcela foi apenas parcialmente quitada, a 3ª, 4ª e 5ª parcelas encontram-se integralmente inadimplidas e as demais parcelas ainda não venceram. O atraso no pagamento das parcelas ocorreu por culpa exclusiva do requerente, que estava sem saldo suficiente em sua conta corrente. Refuta os pedidos de indenização e os demais pedidos. Pela improcedência da ação. Juntou documentos às fls. 58/84.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A requerida apresentou reconvenção às fls. 86, requerendo a condenação do requerente/reconvindo ao pagamento das parcelas em atraso.

Réplica às fls. 98.

Contestação à reconvenção às fls. 107.

A tentativa de conciliação restou negativa (fls. 110).

As partes foram instadas a produzir provas, o requerente requer a inversão do ônus da prova, sem prejuízo prova testemunhal (fls. 123); e o requerido, o julgamento antecipado da lide (fls. 126).

Em resposta à determinação do juízo, foram carreados ofícios às fls. 134/136 e 138/139.

A fls. 155 o autor carreou documentos em atenção ao despacho de fls. 147.

Declarada encerrada a instrução, as partes apresentaram memoriais às fls. 192/198 e fls. 217/221.

**Eis o relatório.**

**DECIDO.**

O autor ingressou em juízo objetivando a declaração de inexigibilidade de empréstimo bancário materializado em contrato firmado com a requerida e o consequente cancelamento dos descontos que vêm sendo

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

efetuados em sua conta de recebimento de benefício previdenciário.

Pleiteou, ainda, a condenação da ré em danos morais em virtude do evidente abalo de crédito e por conta da peregrinação pelos “SAC” da ré para tentar resolver a pendenga.

As partes não divergem em relação ao montante do empréstimo de R\$ 862,61 em 18/03/2011.

Ocorre que o autor sustenta ter combinado verbalmente o pagamento de 10 parcelas de R\$ 149,00, ao passo que o requerido acena com 11 pagamentos de R\$ 220,00.

A cópia do contrato (de nº 66710000296), carreada com a própria inicial (e juntada novamente pela requerida com a defesa), aponta que o valor do empréstimo (R\$ 862,61) seria pago em 11 parcelas de R\$ 220,00 (a respeito confira-se fls. 30/33 e 79 e ss), ou seja, exatamente o sustentado pelo Banco.

Referida avença foi assinada pelo autor, que não trouxe aos autos qualquer prova apta a comprovação do lançado a fls. 03, parágrafo 3º.

Acenou genericamente com a prova oral, mas acabou esclarecendo que as testemunhas que pretendia ouvir “não presenciaram a assinatura do contrato e somente ficaram sabendo do caso” (textual fls. 213).

Destarte , não produziu qualquer prova em abono de sua tese.

Assim, o autor não tem direito aos reclamos deduzidos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**1ª VARA CÍVEL**

**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Por fim, temos que nos autos o documento escrito e a prova da mora, o que justifica a procedência do reclamo deduzido na reconvenção.

\*\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE o pleito inicial e PROCEDENTE A RECONVENÇÃO**, condenando o autor, ANTONIO DE PADUA SILVEIRAN a pagar ao requerido BANCO CREFISA S/A CRÉDITO PESSOAL, a importância de R\$ 2.116,27 (dois mil cento e dezesseis reais e vinte e sete centavos), com correção monetária e juros de mora de 1% a partir da data da intimação para contestar a reconvenção (05/10/11 – fls. 96v)

Sucumbente, arcará o requerente com as custas processuais e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor dado à causa, observando-se o disposto no artigo 12 da Lei 1.060/50.

P.R.I.

São Carlos, 19 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**